

4

**O DESENVOLVIMENTO DA
ECONOMIA NA CIDADE
DE SÃO PAULO**

DE 1870 A 2020

*Paulo Rogério Scarano
Agostinho Celso Pascalicchio*

Introdução

O presente capítulo busca analisar as transformações econômicas ocorridas na cidade de São Paulo, entre 1870 e 2020, à luz de contribuições significativas do pensamento econômico sobre o processo de desenvolvimento. Assim, apresentamos, de maneira sucinta, as principais transformações ocorridas na economia de São Paulo, nos últimos 150 anos, que são indissociáveis das próprias transformações pelas quais passou a economia brasileira no período. Em seguida, analisamos tais transformações a partir de *insights* do pensamento econômico, relacionados ao papel dos mercados, do empreendedorismo, das instituições e do capital humano nesse processo. Por fim, trazemos as considerações finais, argumentando que para fazer frente aos desafios que estão por vir e, concomitantemente, reduzir o nível de pobreza que persiste na cidade é fundamental aprimorar a formação de capital humano e promover instituições que assegurem e estimulem

a participação da grande massa da população em atividades econômicas que façam o melhor uso possível de seus talentos e habilidades e permitam aos indivíduos fazer as escolhas que bem entenderem (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 79).

Afortunadamente, a cidade pode contar com a contribuição do Mackenzie, que presta serviços de excelência do Ensino Infantil até a pós-graduação, e do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica, empenhado em pesquisar e debater com a sociedade os avanços institucionais que poderão tornar nossa sociedade mais livre e afluyente.

4.1 As transformações na economia de São Paulo entre 1870 e 2020

Os capítulos anteriores mostraram a evolução da indústria e do setor terciário, entre 1870 e 2020, com ênfase na cidade de São Paulo. Tal evolução implicou importantes transformações socioeconômicas. São Paulo partiu de uma vila sem grande relevância econômica, que contava com uma população de cerca de 31 mil habitantes no início da década de 1870 – enquanto o Brasil já contava com uma população de mais de 10 milhões de habitantes – para chegar a 2020 com uma população de mais de 12 milhões de habitantes. Assim, o município de São Paulo apresentou um crescimento populacional de mais de

4% ao ano no período, enquanto a população do estado de São Paulo cresceu 2,75% ao ano e a do Brasil, 2% ao ano, no mesmo período.

Um fator muito relevante para o desenvolvimento de São Paulo foi a presença de imigrantes. É importante observar que, entre 1890 e 1920, quando a cidade ganhou seu primeiro grande impulso industrial, a presença de estrangeiros residentes no município passou de 22,03% para 35,69% da população. Tais imigrantes foram atraídos majoritariamente para trabalhar nas lavouras de café, diante de uma legislação que caminhava para desembocar na abolição da escravatura. Mizubuti (2001, p. 47) lembra que:

No decorrer da segunda metade do século XIX, as exportações de produtos primários, em particular do café, alcançaram grande magnitude, como resultado de um superaquecimento da demanda internacional pelo produto brasileiro.

A literatura aponta a importância dos imigrantes, sobretudo italianos, para a formação da mão de obra assalariada, do mercado consumidor e do próprio empresariado industrial paulistano. Nesse sentido, contribuíram para sua fixação na capital paulista as oportunidades de trabalho em armazéns, no carregamento de cargas, no transporte ferroviário e nas atividades de apoio abertas pelo fato de São Paulo ser um entroncamento de ferrovias para que a carga de café pudesse ser transportada por meio do funicular de Paranapiacaba para a descida da Serra do Mar.

Muitos imigrantes italianos tinham experiência em atividades urbanas, pois em sua terra de origem eram “operários, comerciantes, capitalistas, artesãos, além de intelectuais” (MARTINS, 1989, p. 9). Os italianos constituíram a maior parcela dos imigrantes que chegaram no Brasil entre 1844 e 1933, perfazendo 35% do total (IBGE, 2020b).

É importante destacar, também, a importância dos imigrantes na formação do empresariado industrial brasileiro. Carone (2019) apresenta estatísticas de 1896 que apontam a existência de 122 indústrias em São Paulo que fabricavam bebidas, móveis, sapatos, chapéus, fundição de metais, materiais de construção, máquinas de benefício de café, entre outras. Tais fábricas se concentravam em bairros como Santa Ifigênia (dada a proximidade com as estações das estradas de ferro), Brás (nas proximidades da hospedaria de imigrantes, região que concentrava moradias operárias), Sé (centro tradicional) e Consolação (recente bairro residencial). Quanto à nacionalidade dos proprietários do capital, Carone (2019) mostra que:

Há fábricas que são de propriedade tanto de estrangeiros como de brasileiros. Os primeiros não são os que imigram trazendo consigo o capital, mas os que trabalham no Brasil e conseguem acumular aqui mesmo o capital necessário para montar suas fábricas.

Por sua vez, Dean (1971) reforça o papel dos “burgueses imigrantes” na formação do empresariado industrial brasileiro, pois os cafeicultores teriam investido em bancos, estradas de ferro, na promoção da imigração e, em muito menor proporção, na indústria. Os achados empíricos de Bresser-Pereira (1964) corroboram a perspectiva do papel central do empreendedor industrial imigrante.

Bresser-Pereira (1964) entrevistou os principais dirigentes de uma amostra aleatória de 204 indústrias com mais de cem funcionários, localizadas em São Paulo e no ABC, procurando investigar a nacionalidade e a origem social do empresário responsável pelo sucesso original daquela empresa. O autor identificou que 84,3% daqueles empresários tinham origem estrangeira, ou seja, eram imigrantes, filhos ou netos de imigrantes.

Entre os empresários de origem estrangeira, prevaleciam os italianos (41,3%), alemães/austriacos (15,1%), portugueses (14%), libaneses/sírios/armênios (11,6%) e outras nacionalidades (18%).

Quanto à origem social, a pesquisa de Bresser-Pereira (1964) identificou, ainda, que 66,7% dos industriais vieram das classes média, média inferior e baixa. Somente 3,9% dos industriais podiam ser associados à aristocracia rural brasileira. Não é por outro motivo que, ao associar nomes aos industriais da virada do século XIX para o século XX, surgiram diferentes sobrenomes italianos, como Matarazzo, Bardella e Crespi.

Apesar do amplo debate na historiografia sobre se o grande impulso para o processo de industrialização brasileiro foi a indução por exportações ou os choques adversos (como a Primeira Guerra Mundial), os dados sobre a presença de indústrias de grande porte no Brasil, como as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo¹, anteriores a esses grandes choques, parecem mostrar a importância do setor exportador de café, principalmente após a incorporação da mão de obra assalariada e da imigração pós-abolição, por monetizar a economia e

¹ Vale ressaltar que Francesco Matarazzo, fundador do grupo industrial que leva seu nome, chegou a ser o empresário mais rico do Brasil e um dos mais ricos do mundo. Segundo seu biógrafo, Ronaldo Costa Couto, o faturamento do grupo, ao final dos anos 1930, praticamente equivalia ao orçamento paulista, abaixo somente do orçamento da União e do Departamento Nacional do Café (COUTO; CASTRO, 2004).

promover o crescimento da renda interna, criando um mercado para produtos manufaturados, além de promover o desenvolvimento de estradas de ferro e infraestrutura e, ao desenvolver o comércio de importação e exportação, contribuir para a logística de distribuição de produtos manufaturados (SUZIGAN, 1986, p. 33).

Não se pode descartar, no entanto, que choques adversos impostos por eventos como a Primeira Guerra Mundial, ao diminuir o valor das exportações brasileiras e restringir a importação de produtos manufaturados, tenha contribuído para incentivar a produção interna substituidora de importações. No entanto, é importante considerar que as dificuldades para importar também criavam obstáculos para importar máquinas, equipamentos e matérias-primas que não eram produzidas no Brasil.

Desse modo, ressalta-se a síntese proposta por Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2016, p. 375), para quem:

[...] o investimento industrial ocorreu nas fases de expansão do setor exportador, quando havia divisas para importar as máquinas. Já a ocupação da capacidade instalada, o aumento da produção, dava-se em parte nos momentos de crise do setor exportador, quando se dificultava a importação de bens de consumo e se permitia que a produção nacional se tornasse competitiva. Ocorria, portanto, uma tendência de crescimento do setor industrial, oscilando ora com ampliação da capacidade produtiva, ora com utilização dessa capacidade, ampliando-se a produção.

A fase do processo de industrialização brasileira que se estende até 1919 foi marcada pela instalação da indústria de bens de consumo leves. Baer (1996) mostra que “produtos têxteis, roupas, calçados e indústrias alimentícias eram responsáveis por mais de 57% da produção industrial em 1907 e por mais de 64% em 1919” (BAER, 1996, p. 43). No entanto, para a década seguinte, Fishlow (1977, p. 24) mostra que:

A década dos vinte não foi muito propícia quanto à propagação da industrialização limitada que o Brasil havia atingido em 1919. A produção têxtil continuou a se expandir apenas até 1922-1923, com o restante do período marcado por crescente participação estrangeira no mercado local. Em 1928, o ano do pico das importações, a participação das importações tinha voltado ao nível de antes da Primeira Guerra Mundial, e provocou agitação para uma maior proteção tarifária, obtida no ano seguinte.

Baer (1996) mostra que, de fato, o período da Primeira Guerra impactou mais fortemente as importações brasileiras de bens de capital, que se reduziram a 22% do que eram, na média, nos anos anteriores ao conflito. Assim, o que se viu na década de 1920 foi crescer a participação na estrutura de importações do Brasil a presença de itens como: maquinaria, equipamento elétrico e equipamento de transportes, que passaram respectivamente de 4,7%, 1,8% e 4% da pauta de importações de 1910 para 7,4%, 3% e 8% da pauta de importações de 1920 (BAER, 1996; GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR, 2016).

Para Celso Furtado (2009), o colapso da Bolsa de Valores de Nova York e a subseqüente Grande Depressão marcam um ponto de inflexão no processo de industrialização brasileiro. Como reflexo da crise, houve forte impacto na balança comercial, pois a estagnação dos mercados provocou excesso de oferta de café, produto que, em 1920, representava 70% das exportações brasileiras (BRASIL, 2007).

Concomitantemente houve reversão dos fluxos financeiros internacionais e fuga de capitais do Brasil, impactando significativamente o nível de reservas do País, o que reduziu a capacidade brasileira de importar. A necessidade de atender o mercado interno, diante das restrições às importações, foi o contexto que permitiu a ocupação da capacidade ociosa da indústria, que já marcava presença expressiva em São Paulo.

Furtado (2009) argumenta que na década de 1930 o governo Vargas praticou uma política anticíclica para atenuar os efeitos da crise sobre a renda e o emprego. O cerne dessa política foi a compra e queima de estoques de café, financiada por expansão monetária.

O governo estaria se adiantando, assim, em uma lógica keynesiana de sustentação da demanda agregada, por meio de políticas fiscal e monetária expansionistas. Peláez (1971, p. 96), crítico de Furtado, aponta para o aspecto autofinanciado do programa de sustentação do café, por meio de tributos incidentes sobre a exportação:

O crescimento das despesas, financiado por impostos novos, não corresponde à política fiscal keynesiana. [...] A compra e destruição dos estoques foram financiadas, principalmente, pelos novos impostos de exportação. [...] Mas é óbvio que a recuperação não pode ser explicada por meio de um simples modelo keynesiano de sustentação do setor cafeeiro. Logo, a Tese Furtado é inválida para o princípio da década de 1930.

Fishlow (1977, p. 27), por sua vez, mostra que:

[...] a política cafeeira não foi provavelmente tão essencial para a recuperação inicial da depressão, como Furtado declarou, nem tão simples como ele escreveu, mas também não foi tão insignificante como Peláez concluiu.

Para Furtado (2009, p. 276), a recuperação da economia, a partir de 1933, e seus efeitos sobre a indústria brasileira foram “um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros”. No entanto, ressalta-se que, a partir do governo Vargas, mas não restrito a ele, o governo federal passou a desempenhar maior protagonismo na condução do processo de industrialização substitutiva de importações, valendo-se de diferentes meios, como barreiras tarifárias e não tarifárias; desvalorização real, controle e multiplicidade cambial; subsídios, financiamento e participação direta no setor produtivo. Ilustrativo dessa participação direta do governo no setor produtivo foi a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, cujo financiamento foi negociado por Vargas com o governo norte-americano, em troca do alinhamento do Brasil aos Estados Unidos no contexto da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 2015).

Esse era um gargalo no processo de industrialização brasileiro, pois, como aponta Carone (2019, p. 47): “Nenhum país moderno prescinde do ferro e do aço para as suas necessidades. No entanto, as tentativas brasileiras desde o começo de 1800 [até então] fracassaram”.

O Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, sobretudo no período entre 1941 e 1945, acumulou *superavits* comerciais importantes e significativo volume de reservas (BRASIL, 2007). De acordo com dados do IBGE, nesse período, o índice de produção total cresceu 21,8% (média de 3,3% ao ano), enquanto o produto industrial cresceu 39,1% (média de 5,7% ao ano) (IBGE, 2006).

Baer (1996) mostra que as exportações de produtos industrializados, que cresceram durante a guerra, chegando a 20% das receitas de exportações no período, passaram a declinar acentuadamente, com o final do conflito, em função do restabelecimento das fontes normais de comércio e de problemas relacionados aos atrasos na entrega e na qualidade dos produtos fabricados no Brasil.

Com o acúmulo de divisas obtidas durante a guerra e no contexto dos Acordos de Bretton Woods, o Brasil restaurou a taxa de câmbio que vigorava antes do conflito, estabelecendo sua conversibilidade em dólares, a despeito de uma inflação de mais de 150% ocorrida no período. O resultado foi uma rápida perda de reservas, em função da demanda reprimida de importações, e um novo período de escassez de divisas e controles cambiais e quantitativos de

importações, que acabaram por favorecer a industrialização por substituição de importações.

Em 1955, foi editada a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), que na prática facilitava a entrada de investimentos diretos estrangeiros, por permitir “a importação de bens de capital à taxa ‘livre’ de câmbio por investidores estrangeiros, caso esses investidores aceitassem, como forma de pagamento, a participação no capital próprio da empresa que importasse o equipamento” (CPDOC, 2020).

Embora tenha sido editado durante o governo Café Filho, esse instrumento foi fundamental no governo Juscelino Kubitschek para a consolidação do capital multinacional no setor de bens de consumo duráveis, com destaque para a instalação da indústria automobilística, um dos objetivos mais importantes do Plano de Metas. O Plano de Metas envolvia também investimentos estatais em infraestrutura e transportes, financiados fundamentalmente por emissões monetárias.

Caputo e Melo (2009) mostram que do Investimento Direto Estrangeiro no Brasil, entre 1955 e 1963, por meio da Instrução 113 da Sumoc e do Decreto nº 42.820/1957, 97,7% foram direcionados à indústria de transformação, dos quais 38,1% direcionados ao setor de Fabricação e Montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias; 11,7% ao setor de Fabricação de Produtos Químicos; 11,2% ao setor de Fabricação de Máquinas e Equipamentos; 6,2% ao setor de Fabricação de Artigos de Borracha e de Material Plástico; 5,1% ao setor de Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos; e 27,7% aos demais setores. Grande parte das beneficiárias se estabeleceu na cidade de São Paulo ou em sua região metropolitana. Apenas para ilustrar, somente do setor automobilístico, que foi o que mais recebeu investimentos, apurou-se que das 18 empresas beneficiárias do setor identificadas por Caputo e Melo (2009), 14 eram empreendimentos localizados na Região Metropolitana de São Paulo e outros dois em regiões próximas (Jundiaí e Campinas).

Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2016) caracterizam o período clássico do Processo de Substituição de Importações (PSI) no Brasil (1930–1964) como marcado pela tendência:

- ao desequilíbrio e endividamento externo, em função de uma pauta agroexportadora pouco diversificada, de uma indústria pouco competitiva internacionalmente e do aumento das importações decorrente do próprio processo de desenvolvimento industrial;
- ao aumento da participação do Estado na economia (com o governo atuando como condutor do processo de industrialização; regulamen-

tador dos conflitos intracapitalistas e de classes; produtor; e financiador, por meio de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento e o Banco de Desenvolvimento do Nordeste), que gerou desequilíbrio fiscal financiado por emissões monetárias e consequente inflação;

- à concentração de renda, em função do êxodo de trabalhadores rurais em decorrência da falta de investimentos no setor agrícola e da condição diferenciada da legislação trabalhista, ao passo que os investimentos na indústria eram capitais intensivos, não sendo capazes de absorver o excesso de mão de obra.

Durante o regime militar, o governo federal promoveu reformas institucionais – como a criação do Banco Central e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para substituição paulatina da instituição sociojurídica da estabilidade empregatícia, até então existente – e procurou endereçar o problema da inflação no contexto do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg).

Nesse sentido, como mostra Soares (2010), adotou medidas para reduzir o *deficit* público, realizou política monetária e creditícia contracionista, promoveu arrocho salarial e instituiu a correção monetária, com o intuito de viabilizar o financiamento público por meio de títulos, indexar os tributos e melhorar o horizonte de cálculo econômico.

Além disso, aprimorou a Lei nº 4.131/1962 por meio da Lei nº 4.390/1964, versando sobre aplicação do capital estrangeiro e remessas de valores para o exterior, e instituiu a Resolução nº 63/1967 do Banco Central, que permitiu aos bancos nacionais captarem empréstimos no exterior para reemprestarem no Brasil, com o intuito de ampliar a captação de recursos no exterior.

As reformas do Paeg foram fundamentais para o crescimento observado durante o período do “Milagre Econômico” (1968-1973), pois a reforma fiscal permitiu a expansão de investimentos públicos; a Lei nº 4.390/1964 e a Resolução nº 63/1967 possibilitaram a captação de recursos no exterior, em um contexto de maior liquidez internacional; em decorrência do abandono da rigidez do padrão câmbio-ouro do sistema de Bretton Woods; a correção monetária possibilitou a expansão do sistema de crédito ao consumidor; e os recursos do FGTS estimularam a construção civil (SOARES, 2010). Esse crescimento pôde ser acomodado por ocupação da grande capacidade instalada durante o Plano de Metas.

Com o Primeiro Choque do Petróleo, em 1973, o mundo desenvolvido experimentou uma recessão, acompanhada de queda dos investimentos. Por outro lado, os países exportadores de petróleo procuraram reciclar suas receitas

no mercado financeiro (os petrodólares), ampliando a oferta de crédito em um momento de baixa demanda. Nesse contexto, as taxas de juros internacionais caíram bastante, embora fossem repactuadas periodicamente (os chamados “juros flutuantes”).

O governo militar enxergou na disponibilidade de crédito internacional abundante a oportunidade para dar continuidade ao projeto desenvolvimentista com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), utilizando as empresas estatais para tanto. O foco era ampliar a produção do setor siderúrgico, de alumínio, zinco, minério de ferro e ampliar a capacidade de geração de energia, por meio de grandes projetos (a Hidroelétrica de Itaipu, a produção de carvão em Santa Catarina, as usinas nucleares da Nuclebrás). Ademais, para acomodar as pressões políticas, procurou-se desconcentrar regionalmente os investimentos (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JR., 2016).

A estratégia de crescimento com endividamento externo encontrou seus limites após o Segundo Choque do Petróleo e o subsequente choque dos juros, que fez que o serviço da dívida e a própria dívida externa aumentassem significativamente. A crise da dívida externa, que se aprofundou a partir de 1982, obrigou o Brasil a gerar *superavits* externos, frequentemente utilizando desvalorização cambial para estimular o setor exportador e desestimular as importações. Como a dívida externa estava concentrada no setor público, o governo precisava comprar as divisas geradas pelas importações, endividando-se internamente, a taxas mais elevadas (encarecendo a rolagem da dívida externa e piorando ainda mais as contas públicas) e prazos cada vez mais curtos.

Baer (1996) aponta que, nesse contexto, a capacidade de repasse de custos mais elevados de diversos insumos importados como petróleo, em uma economia oligopolizada como a brasileira, associada com “garantias do governo ocorridas pela inflação, e as que mais se destacaram foram a indexação de instrumentos financeiros (especialmente de obrigações do governo” (BAER, 1996, p. 147) funcionaram como mecanismo propagador da inflação. Esse foi um problema que os militares legaram aos governos civis que os sucederam e que, a despeito de diversos planos de estabilização (Plano Cruzado, Cruzado II, Bresser, Verão, Collor I, Collor II), só foi possível solucionar com o Plano Real, quando a renegociação da dívida externa brasileira no âmbito do Plano Brady já estava bem adiantada e os fluxos financeiros internacionais começaram a voltar ao Brasil, somando-se a expressivos *superavits* na balança comercial, que possibilitaram a formação de um “colchão de reservas”, que viabilizou um dos principais pilares de sustentação do Plano, a “âncora cambial”. Assim, os anos 1980

parecem ter mostrado os limites do processo de industrialização por substituição de importações, com forte protagonismo estatal.

Fernando Henrique Cardoso (FHC), responsável pela implantação do Plano Real, como ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, elegeu-se presidente da República e seu primeiro mandato foi marcado por intensificação da abertura comercial, privatizações e pela tentativa de manutenção do regime de bandas cambiais, que tinham sido fundamentais para debelar a inflação. No entanto, diante dos diferenciais de produtividade e de patamares inflacionários entre o Brasil e seus principais parceiros comerciais, a necessidade de manter um volume de reservas internacionais compatível com as bandas cambiais adotadas implicava elevadas taxas de juros para atrair divisas internacionais. Essa estratégia foi se tornando insustentável com a sucessão de crises no estrangeiro (no México, em 1995; no Leste Asiático, em 1997; e na Rússia, em 1998), que reverteu os fluxos financeiros internacionais, inviabilizando a ancoragem cambial.

O regime de bandas cambiais foi abandonado logo no início de 1999, após a posse de Fernando Henrique Cardoso, em seu segundo mandato. Assim, o início da gestão do segundo governo FHC foi marcado pela busca por uma nova política de sustentação macroeconômica. Paulatinamente, tal política foi se assentando em três pilares: flutuação cambial; regime de metas de inflação (que implica que a taxa de juro é conduzida de modo a manter a inflação dentro da meta); e metas fiscais, fundamentadas em Responsabilidade Fiscal, objetivando manter a sustentabilidade da dívida pública.

Esse tripé de sustentação da política macroeconômica se manteve nos governos seguintes: Lula I, Lula II, Dilma I, Dilma II (que foi afastada em 2016 por um processo de *impeachment*), Temer e Bolsonaro. No entanto, desde a presidência de Dilma Rousseff, as metas fiscais vêm se afrouxando (em parte por um crescente *deficit* da previdência² e, em parte, por decisão da presidente por retomar um projeto desenvolvimentista, com maior protagonismo do Estado).

O ex-presidente Temer aprovou uma emenda constitucional que impunha um teto para a evolução dos gastos do governo, com o intuito de manter a

2 Em grande medida, o crescente *deficit* previdenciário decorria da incompatibilidade de um regime de repartição baseado em tempo de serviço com um processo natural de envelhecimento populacional. Em 2019 foi aprovada uma reforma da previdência que manteve o regime de repartição, mas estabeleceu idades mínimas para a aposentadoria (62 anos para mulheres e 65 anos para homens), o que tende a desacelerar a evolução do *deficit* nos próximos anos.

dívida pública em uma trajetória sustentável. No entanto, os gastos emergenciais e a redução das receitas tributárias, decorrentes da pandemia de Covid-19, durante o governo Bolsonaro, fizeram a dívida pública crescer substancialmente, colocando desafios futuros para a manutenção de sua sustentabilidade.

4.2 Insights do pensamento econômico para compreensão do desenvolvimento da cidade de São Paulo no período

Adam Smith (1996), em sua obra clássica *A riqueza das nações*, já apontava a importância da divisão do trabalho para o crescimento econômico. No entanto, o trabalho, para ser cada vez mais subdividido, dependia da acumulação de capital e de um mercado amplo e bem desenvolvido. O caso do desenvolvimento histórico do município de São Paulo reflete esse processo. A acumulação de capital cafeeiro se irradiava para o desenvolvimento de infraestrutura e estradas de ferro. São Paulo era o entroncamento de ferrovias importantes: a São Paulo Railway (que partia de Jundiaí e detinha o monopólio da ligação com o porto de Santos³, em função do sistema de privilégios de zona); a Sorocabana; e a Estrada de Ferro Central do Brasil (que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro). A riqueza do café, principalmente a partir do processo de transição para a mão de obra assalariada, passou a circular mais amplamente como renda e poder de consumo, ajudando a desenvolver mercados.

A cidade de São Paulo se beneficiou de sua posição estratégica para a descida da Serra do Mar até o Porto de Santos e começou a crescer e ganhar relevância econômica justamente na época da substituição do trabalho escravo pelo assalariado. Em São Paulo ficava a hospedaria dos imigrantes que, posteriormente, se destinariam às fazendas de café no interior do estado. Diversos imigrantes, que tinham experiência em ocupações urbanas, acabaram permanecendo na cidade de São Paulo, onde encontraram emprego em armazéns, atividades de transporte, oficinas de reparos e no comércio. Com o adensamento populacional, a ampliação do mercado e o processo de acumulação de capital

³ O monopólio do acesso ao Porto de Santos detido pela São Paulo Railway foi quebrado efetivamente em 1937, quando foi inaugurada a linha Mairinque-Santos da Estrada de Ferro Sorocabana. Em 1946, encerrou o prazo contratual de exploração e a São Paulo Railway foi incorporada pelo governo do Brasil, passando a se chamar Estrada de Ferro Santos-Jundiaí.

que foi se desenvolvendo na cidade, foi possível aumentar o grau de especialização, dividindo-se cada vez mais o trabalho, o que contribuiu para o aumento da produtividade, que, por sua vez, ajuda a explicar o crescimento econômico observado.

Ademais, Chiswick (1999, p. 181, tradução nossa) lembra que:

Uma das proposições padrão da literatura econômica é de que os imigrantes tendem a apresentar um viés de seleção positivo para o mercado de trabalho, uma vez que costumam ser descritos como em média mais hábeis, ambiciosos, enérgicos e empreendedores do que aqueles que decidem ficar em seus locais de origem.

Chiswick (1978) já havia apresentado evidências e discutido as condições para a presença dessa seleção positiva⁴.

Versiani (1993), ao investigar a vantagem relativa dos industriais paulistas em relação aos seus concorrentes no Rio de Janeiro, constatou a existência de menores diferenciais de custo de trabalho tanto entre salários rurais e urbanos quanto entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Os resultados da pesquisa sugerem que o menor diferencial está relacionado à presença de mão de obra imigrante em São Paulo.

Em ambos os casos o menor diferencial em São Paulo parece ser atribuível às características da oferta de trabalho nesse Estado, com participação importante de imigrantes; pode-se admitir que essa participação dava à força de trabalho paulista maior mobilidade e melhor adaptabilidade a atividades industriais (VERSIANI, 1993, p. 91).

No caso de São Paulo, é possível conciliar o *insight* do pensamento econômico sobre a propensão empreendedora do imigrante com o recebimento massivo de imigrantes na cidade. Schumpeter (1997), em sua *Teoria do desenvolvimento econômico*, já apontara o papel crucial do empreendedor para a promoção do progresso econômico ao introduzir a inovação no sistema econômico. Para o autor, inovação não coincide necessariamente com invenção, pois o que caracteriza a inovação é o êxito na introdução de:

⁴ Santos Jr.; Menezes-Filho e Ferreira (2005) mostraram que a seleção positiva também pode ser observada em casos de migração interna, em estudo aplicado ao fenômeno, no Brasil.

[...] novas combinações dos fatores de produção existentes, incorporados em novas fábricas e, tipicamente, novas firmas que ou produzem novas mercadorias ou empregam novos métodos, i.e., métodos ainda não experimentados, produzindo para um novo mercado ou comprando meios de produção em um novo mercado (SCHUMPETER, 2010, p. 29-30).

Foi “no sentido de reorganizador dos fatores de produção, contribuindo, através de sua atividade, para o aumento da produtividade e, portanto, para o desenvolvimento econômico” que Bresser-Pereira (1964, p. 90) caracterizou o empresário industrial de São Paulo, das fases iniciais do processo de industrialização, que era majoritariamente de origem imigrante. É importante ressaltar, contudo, que Bresser-Pereira (1964) admite ter utilizado o conceito schumpeteriano de maneira ligeiramente ampliada, de modo a incluir aqueles que imitam as inovações de modo bem-sucedido, o que, para o autor, na essência, “é o mesmo conceito de Schumpeter”.

Nesse ponto, talvez seja útil introduzir o conceito de empreendedor de um outro autor, Israel Kirzner, que, embora parta da perspectiva austríaca, que frequentemente colide com o ponto de partida walrasiano de Schumpeter, pode trazer luzes e mesmo complementar a compreensão do papel dos empreendedores industriais pioneiros de São Paulo. Para Kirzner (2015), o empreendedor é um indivíduo dotado de um estado de alerta (uma perspicácia) a oportunidades até então inexploradas, que garantiria o aprendizado e a condução do processo de mercado rumo a uma maior coordenação de atividades. Apesar dos pontos de divergência, Kirzner (1999) reconhece que a visão schumpeteriana e a kirzneriana podem ser simultaneamente aceitas. Nesse sentido, aponta que o perfil psicológico do empreendedor traçado por Schumpeter e o papel central e distinto das inovações na promoção do progresso econômico capitalista (processo de destruição criativa) são válidos e precisos.

Por outro lado, Kirzner (1999) destaca suas próprias contribuições: iluminar o papel do empreendedor em estado de alerta para a tendência equilibradora dos mercados em geral; e mostrar que a característica do empreendedor do mundo real é estar “alerta a possibilidades criadas (ou passíveis de serem criadas) por mudanças independentes de sua ação” (KIRZNER, 1999, p. 16). É nesse sentido que empresários como Matarazzo, alertas em identificar alguma necessidade ou lacuna no mercado, procuram agir para supri-la, em busca de lucro, como fez o citado empresário diante da inexistência de farinha de trigo fabricada no Brasil, que o levou à criação do Moinho Matarazzo.

Uma questão que pode ocorrer é: por que atualmente não surgem outros “Matarazzos”? O pensamento econômico dá algumas pistas a respeito. North (2018) mostrou a importância das instituições para o desempenho econômico.

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, em uma definição mais formal, as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana. Por consequência estruturam incentivos no intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos (NORTH, 2018, p. 13).

Por sua vez, Acemoglu e Robinson (2012) mostram que a natureza dos incentivos formatada pelas instituições (políticas e econômicas) depende de seu caráter inclusivo ou extrativista. Instituições econômicas inclusivas são aquelas em que os direitos de propriedade são trocados preponderantemente por meio do mercado, proporcionando condições igualitárias para que todos possam desenvolver suas competências, o que favorece a introdução de inovações, contribuindo para o crescimento econômico. Elas são amparadas por instituições políticas inclusivas que “promovem ampla distribuição do poder político de maneira pluralista e conseguem alcançar algum grau de centralização política, de modo a estabelecer a lei e a ordem” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 381). Vale notar que a lei e a ordem garantem a segurança dos direitos de propriedade.

Por outro lado, as instituições econômicas extrativistas são aquelas em que as trocas de direitos de propriedade são, frequentemente, intermediadas pelo Estado e “são estruturadas de modo a que poucos possam extrair recursos de muitos” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 381). As instituições econômicas extrativistas, por sua vez, são sustentadas por instituições políticas extrativistas, que tendem a concentrar o poder. Este, por sua vez, passa a ser objeto de desejo, dada sua alta capacidade de favorecer grupos de interesse, gerando propensão à instabilidade política.

A formação institucional do Brasil é caracteristicamente extrativista, dadas suas raízes coloniais e escravistas. No entanto, a cidade de São Paulo, embora não esteja desconectada das características institucionais do Brasil, beneficiou-se de alguns avanços institucionais que ocorreram em um momento específico da história que podem tê-la favorecido quando, embora pouco habitada, em 1872, e sem grande relevância econômica, estava nos trilhos do café, contribuindo para sua decolagem: os avanços legais que culminaram com a abolição da escravidão e uma maior liberdade em relação à imigração.

Tais avanços foram importantes para que São Paulo, durante seu desenvolvimento, contasse com mão de obra assalariada e consumidores que impulsionaram o surgimento de mercados, empreendimentos e empreendedores (muitos dos quais imigrantes, como já discutido). Aqui, cabem duas ressalvas:

- não se trata de virtude da cidade de São Paulo que seu crescimento tenha se fundamentado em trabalho assalariado, mas de *timing*, e as chagas da escravidão afetam o município, do mesmo modo que a todo o País;
- houve diversas políticas migratórias postas em prática em São Paulo, muitas das quais perniciosas ao imigrante; no entanto, é importante destacar que:

[...] depois de 1904, durante a segunda onda de imigração para o Brasil, apenas 35% a 40% dos imigrantes estrangeiros chegados a São Paulo receberam subsídios. Portanto, a maioria desse crescente número de pessoas se instalava e achava emprego diretamente nas áreas urbanas, o que constituía uma marcante diferença das práticas do passado, e uma óbvia ajuda para o crescimento da população urbana e para o desenvolvimento econômico (GRAHAM, 1973, p. 49).

Na seção anterior, em que se descreve o PSI, sobretudo a partir da década de 1930, é possível notar uma centralização do poder político no governo federal. Esse poder político foi frequentemente exercido de modo a favorecer e a fortalecer grupos de interesse (cafeicultores, industriais brasileiros, capitalistas financeiros, empreiteiros, funcionalismo). As instituições políticas brasileiras assumiam contornos claramente extrativistas e uma evidência disso é a instabilidade política: a ditadura Vargas; o suicídio de Getúlio Vargas após seu retorno ao poder; a renúncia de Jânio Quadros; o regime militar de 1964 a 1984. Isso não implica que a economia brasileira não tenha crescido no período, nem que a cidade de São Paulo não tenha sido uma das maiores beneficiárias desse crescimento.

Ao contrário, uma vez que a indústria estava fortemente concentrada em São Paulo e as políticas praticadas no PSI eram favoráveis à industrialização. De fato, de acordo com dados do IBGE, o PIB *per capita* cresceu 512%, em termos reais, no período compreendido entre 1930 e 1984, ou seja, uma taxa de crescimento de 3,41% ao ano (IBGE, 2006). Por outro lado, como mostram Acemoglu e Robinson (2012, p. 381-382), esse crescimento não é incompatível com a prevalência de instituições extrativistas:

Pelo contrário, é do maior interesse de toda e qualquer elite estimular ao máximo o crescimento, de modo a ter mais a extrair. [...] O crucial, porém, é que o crescimento sob instituições extrativistas não será sustentado.

Nesse contexto, o fim do regime militar parece coincidir com o esgotamento do PSI, com o Brasil extremamente endividado (interna e externamente) e com a inflação fora de controle. A redemocratização precisou acomodar diversas posições conflitantes: das demandas sociais reprimidas aos velhos e fortes grupos de pressão. Nesse sentido, muitas vezes para endereçar os próprios problemas econômicos, houve diversas mudanças de caráter institucional, que envolveram abertura comercial, privatizações, normas legais privilegiando controle fiscal (lei de responsabilidade social, regra de ouro, emenda constitucional impondo teto para os gastos públicos), regras monetárias (regime de metas de inflação).

No entanto, as instituições brasileiras, que em grande medida condicionam as instituições formais paulistanas, continuam preponderantemente extrativistas. Assim, não surpreende a permanência da instabilidade política, ilustrada por dois *impeachments* em 30 anos após a redemocratização.

Considerando-se o índice de liberdade econômica, Economic Freedom of World (2020), do Fraser Institute, para o qual há dados desde 1970, como um indicador de quão inclusivas são as instituições econômicas do país⁵, é possível observar, na Tabela 1, que as notas do Brasil durante a vigência do PSI eram relativamente baixas, uma vez que a métrica do índice vai de 0 a 10, tendo chegado ao seu ponto mínimo em 1985, primeiro ano de um governo civil depois do regime militar, ainda eleito por voto indireto, quando a nota do Brasil chegou a 3,17.

Em linhas gerais, até o final do governo civil-militar (que deu continuidade ao processo de substituição de importações), os fatores que mais puxaram para baixo a nota do Brasil no índice foram: a falta de abertura comercial do Brasil e a inflação (instabilidade monetária), embora os demais componentes do índice também apresentassem notas baixas.

⁵ Vale ressaltar que essa foi uma das finalidades da criação do índice. Nas palavras de seus responsáveis, o índice EFW é projetado para mensurar a consistência das políticas e instituições de uma nação com a liberdade econômica (HALL; LAWSON, 2014).

Tabela 1 – Brasil: Índice de liberdade econômica (1970-2018)

ANO	ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA (<i>ECONOMIC FREEDOM OF THE WORLD</i>)	CLASSIFICAÇÃO	QUARTIL
1970	5,08	62	3
1975	4,16	91	4
1980	4,11	94	4
1985	3,17	107	4
1990	4,32	101	4
1995	4,61	105	4
2000	5,92	91	3
2005	6,38	94	3
2010	6,66	93	3
2015	6,20	121	4
2018	6,56	105	3

Fonte: Economic Freedom of the World (2020).

Entre 1985 e 1995, a inflação continuou puxando a nota do índice do Brasil para baixo. Já entre 2000 e 2018, os fatores que puxaram a nota brasileira para baixo são aqueles ligados às fragilidades do sistema legal e de defesa dos direitos de propriedade, além da complexidade regulatória do País. Apesar da melhora da nota brasileira no índice de liberdade econômica, durante todo o período observado, o Brasil sempre se classificou abaixo da nota mediana, frequentemente sendo enquadrado entre as economias menos livres do mundo.

As notas baixas no índice de liberdade econômica sugerem a preponderância de instituições extrativistas no Brasil. Por sua vez, instituições extrativistas inibem a atividade empreendedora. Aqui há uma pista sobre os motivos pelos quais não é comum o surgimento de empreendedores, como Matarazzo, no Brasil. O ambiente institucional não é diferente em São Paulo, em relação

ao nacional. Nesse contexto, é importante observar o relatório *Doing business* (THE WORLD BANK, 2020), do Banco Mundial, que procura mensurar o grau de facilidade de se fazer negócios em diferentes economias.

O município de São Paulo aparece na 145ª posição entre 213 economias (atrás do Rio de Janeiro), com a nota 58,8, muito distante das economias do grupo de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja nota média é 78,4, sinalizando um ambiente econômico desafiador para o empreendedorismo.

Outro ponto que merece ser destacado é que Schumpeter (1961) já havia apontado que com o desenvolvimento do capitalismo havia uma tendência à internalização, nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas, dos processos inovativos e que a própria figura do empreendedor se tornaria secundária, ganhando destaque as grandes empresas de sociedade anônima. Para que a pesquisa e o desenvolvimento das empresas possam prosperar há necessidade de desenvolvimento de capital humano, o que conduz a mais um ponto de reflexão sobre os desafios à atividade empreendedora em São Paulo.

Historicamente, o crescimento industrial em São Paulo ocorreu em um ambiente de baixa competição e com a possibilidade de incorporação de mão de obra relativamente pouco qualificada. A partir dos anos 1990, o cenário mudou, as cadeias produtivas globais tornaram-se mais integradas e a própria atividade industrial exigiu mão de obra mais qualificada para operar as novas tecnologias. Dois ganhadores do prêmio Nobel em Economia, Becker (1980, 2002) e Schultz (1973), já haviam apontado o papel central do capital humano para o desenvolvimento econômico. Como mostra Becker:

O capital humano está relacionado com o conhecimento, a informação, as ideias, as habilidades e a saúde dos indivíduos. Essa é a era do capital humano, no sentido de que o capital humano é, de longe, a forma mais importante de capital nas economias modernas. O sucesso econômico dos indivíduos e das economias como um todo depende de quão extensiva e efetivamente se investe nas próprias pessoas. [...] A tecnologia pode ser a condutora de uma economia moderna, especialmente nos setores de alta tecnologia, mas certamente o capital humano é o combustível (BECKER, 2002, p. 3, tradução nossa).

Nesse sentido, é importante observar que, segundo dados do IBGE (1954; 1973), a taxa de analfabetismo no município de São Paulo caiu muito pouco entre os Censos de 1950, quando a taxa era de 20,45%, e 1970, quando a taxa

era de 17,6%. É importante destacar que, no município de São Paulo, a média de tempo de estudo de pessoas com 25 anos ou mais em 1970 era de 4,3 anos, passando para 5,4 anos em 1980 e para 7,8 anos em 1990, ou seja, praticamente equivalente ao Ensino Fundamental (IBGE, 1973, 1982, 1991).

Tais dados sugerem que investimento em capital humano não era prioridade dos governos durante o processo de substituição de importações. Embora, em termos quantitativos, a situação tenha melhorado entre 1990 e 2020, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, divulgação anual, do IBGE (2020d), mostram que a taxa de analfabetismo no município caiu para 0,98% da população com 15 anos ou mais, mas o tempo médio de estudo de pessoas com 25 anos ou mais ainda era de 11,8 anos (praticamente correspondendo ao Ensino Médio).

Embora, em 2019, 31% da população do município de São Paulo, com 25 anos ou mais, tivesse formação superior, contingentes ainda maiores tinham apenas Ensino Médio ou Superior incompleto (34%) e preocupantes 35%, no máximo, Ensino Fundamental. O baixo nível de escolaridade é um dos desafios para o empreendedorismo e a competitividade empresarial a ser enfrentado pelo município.

A participação do emprego industrial no município de São Paulo chegou ao seu apogeu entre o final dos anos 1970 e o final dos anos 1980. Em 1979, a indústria de transformação era responsável por 37,6% dos empregos na região metropolitana de São Paulo (IBGE, 2020d). Já em 1989, a indústria de transformação respondeu por 32,5% dos empregos na mesma região metropolitana (IBGE, 2020d).

No entanto, a participação da indústria de transformação no emprego e no PIB paulistano vem caindo desde então. Dados da Prefeitura de São Paulo (2020b) mostram que somente entre 2010 e 2017, a participação da indústria no PIB paulistano caiu consistentemente (em todos os anos de período, independentemente da taxa de variação do PIB), de 12,8% até chegar a 8,4%, enquanto a participação dos serviços cresceu de 68,2% para 74,0% do PIB paulistano, no mesmo período.

Há uma mudança em curso no município de São Paulo, em relação à forma como se produz e se distribui riquezas na cidade, o que não significa piora na qualidade de vida, mas os resultados dessas mudanças dependerão de quão preparados estiverem seus residentes.

4.3 Considerações finais

A economia paulistana é hoje mais diversificada e menos dependente do setor industrial. Isso não a tornou menos próspera. Existem no município mais de 566 mil empresas e organizações atuantes. Atualmente, sua renda *per capita* é de R\$ 58.691,90 (aproximadamente US\$ 10.000) e os trabalhadores formais recebem em média o equivalente a 4,3 salários mínimos (IBGE, 2020a). Os setores que, no estado de São Paulo, pagam remunerações maiores do que a média são os relacionados a: atividades financeiras, organismos internacionais, eletricidade e gás, informação e comunicação, além da administração pública, em grande medida concentrados no município de São Paulo.

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD BRASIL, 2020), a nota referente ao índice de desenvolvimento humano da cidade de São Paulo subiu de 0,626, em 1991, para 0,733 em 2000 e para 0,805 em 2010 (último dado disponível, pois é calculado com base no Censo Demográfico). Ilustrativamente, em termos globais, países com um índice igual ou superior a 0,802 são classificados como nações com desenvolvimento humano muito alto.

Assim, por esse critério, pode-se afirmar que a cidade de São Paulo possui desenvolvimento humano muito alto. A expectativa de vida ao nascer na cidade de São Paulo é de 76,6 anos (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2020a) e o município conta com boa infraestrutura, como ilustra o fato de 92,6% do município ser atendido com esgotamento sanitário adequado (IBGE, 2020a).

No entanto, os desafios para uma cidade com mais de 12 milhões de habitantes são igualmente grandiosos, sobretudo em uma época de grandes transformações no mundo, em que a tecnologia da informação e a das comunicações serão cada vez mais determinantes da dinâmica econômica. Vale destacar três desafios inter-relacionados:

- redução da pobreza;
- desenvolvimento de capital humano;
- dinamismo empreendedor.

O município ainda tem quase 32% de sua população vivendo com um rendimento mensal de até meio salário mínimo (IBGE, 2020a). A redução sustentável da pobreza depende fundamentalmente do aprimoramento de seu capital humano e da manutenção e avanço da atividade empreendedora na cidade.

Em relação ao capital humano, é importante observar que aproximadamente 35% da população com 25 anos ou mais tem no máximo o Ensino Fundamental completo, enquanto outros 34,3% têm apenas Ensino Médio completo ou Superior incompleto (IBGE, 2020e). Para melhorar esses índices, o Plano Nacional de Educação estabelece metas até 2024, entre as quais:

- 95% das pessoas com 16 anos já tenham concluído o Ensino Fundamental;
- 85% da população entre 15-17 anos frequente o Ensino Médio (ou possua a Educação Básica completa);
- 50% da população de jovens entre 18-24 anos matriculados no Ensino Superior.

De acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2020), até 2018, os respectivos indicadores do município de São Paulo estavam em 71% para a meta destacada para o Ensino Fundamental; 57,4% para a meta destacada para o Ensino Médio; e 40,1% para a meta destacada para o Ensino Superior. Adicionalmente, os indicadores educacionais qualitativos preocupam.

Por exemplo, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) não são favoráveis para São Paulo, pois a nota 6,3, referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, classificam São Paulo na 1.461ª posição no País e a nota 4,4, referente aos anos finais do Ensino Fundamental, colocam o município na 2.688ª posição, o que é negativamente surpreendente para uma cidade relativamente tão rica.

Nesse contexto, o Mackenzie, desde 1870, vem oferecendo sua contribuição, com serviços educacionais de qualidade e conectados com as necessidades e desafios que envolvem São Paulo e o Brasil, desenvolvendo capital humano de altíssima qualidade. Ilustrativamente, desde sua criação, em 1896, a Escola de Engenharia Mackenzie contribuiu para esse desenvolvimento, fornecendo os profissionais de que a cidade tanto necessitava para planejar as construções civis, a instalação de redes de transportes, a implantação das fábricas e a manutenção da indústria de máquinas e equipamentos tanto dos bens importados quanto aqueles que então passaram a ser copiados.

Do mesmo modo, em 1950, o Instituto Presbiteriano Mackenzie inaugurou a Faculdade de Ciências Econômicas, herdeira da tradição do antigo Curso Superior de Comércio, de 1889, e da Escola Técnica de Comércio, de 1932 (MENDES; FONTELES, 2012), e que viria a ser o embrião do atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que

compreende ainda os cursos de Administração e de Ciências Contábeis, da graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). Desde então, o Mackenzie prepara os melhores quadros para a gestão, controle das finanças e pavimentação do desenvolvimento econômico do País.

Outro desafio a ser superado envolve a criação de uma matriz institucional favorável ao desenvolvimento do empreendedorismo e da atividade empresarial que facilite a introdução de inovações e permita o amplo desenvolvimento de negócios, aumentando a oferta e a qualidade dos postos de trabalho. Um ambiente de negócios profícuo depende da qualidade institucional de uma determinada economia, ou seja, depende de um maior grau de liberdade para que os agentes econômicos troquem direitos de propriedade por meio do mercado.

No entanto, o nível de liberdade econômica no Brasil ainda é muito baixo, não sendo diferente em São Paulo. É ilustrativo, portanto, que entre os diversos componentes do índice *Doing business* (THE WORLD BANK, 2020), o município tenha uma nota abaixo da mediana das economias de renda média alta (entre as quais o município se enquadra) em quase todos os onze critérios, exceto “Proteção de Investidores Minoritários”, “Execução de Contratos” e “Resolução de Insovência”. Os principais destaques negativos são “Obtenção de Alvará de Construção” (nota 47,7 contra 70,8 para economias de renda média alta) e “Pagamento de Impostos” (nota 34,4 contra 70,6 para economias de renda média alta). Foi com essa preocupação que a Universidade Presbiteriana Mackenzie inaugurou, em 2016, o Centro Mackenzie de Liberdade Econômica para discutir os problemas institucionais que afetam nosso país e nossa cidade e propor soluções para uma sociedade mais livre, empreendedora e próspera.

Referências

- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. *Por que as nações fracassam*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.
- BAER, W. *Economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), de 17 jan. 1955. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/acessoinformacao/instrucoessumoc/SUMOCINST113-instrucao113.pdf>. Acesso em: 1º mar. 2021.

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução nº 63, de 21 ago. 1967. O Banco Central do Brasil, na forma da deliberação do Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 17.8.1967, de acordo com o disposto nos arts. 4º, inciso V, e 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e art. 29 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. *Diário Oficial da União*: Rio de Janeiro, 1967. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1967/pdf/res_0063_v7_L.pdf. Acesso em: 1º mar. 2021.
- BECKER, G. S. *Human capital*. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- BECKER, G. S. *The age of human capital*. 2002. Disponível em: https://media.hoover.org/sites/default/files/documents/0817928928_3.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957. Regulamenta a execução do disposto nas Leis 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 dez. 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1950-1969/D42820.htm. Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Decreto nº 42.820, de 16 de dezembro de 1957. Regulamenta a execução do disposto nas Leis 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e 3.244, de 14 de agosto de 1957, relativamente às operações de câmbio e ao intercâmbio comercial com o exterior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 16 dez. 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1950-1969/D42820.htm. Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962. Disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 28 set. 1962. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm. Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Lei nº 4.390, de 29 de agosto de 1964. Altera a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 29 ago. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14390.htm. Acesso em: 1º mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Economia. *200 anos do comércio exterior brasileiro: 1808 a 2007*. Brasília, DF: MDIC, 2007. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/outras/200_anos.zip. Acesso em: 15 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *PNE em movimento*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Acesso em: 15 nov. 2020.

- BRESSER-PEREIRA, L. C. Origens étnicas e sociais do empresário paulista. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 83-106, 1964.
- CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da Sumoc. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, 2009.
- CARONE, E. *A evolução industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Senac, 2019.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *Instrução 113*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instrucao-113>. Acesso em: 15 out. 2020.
- CHISWICK, B. R. Are immigrants favorably self-selected? *American Economic Review*, Pittsburgh, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/117103>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- CHISWICK, B. R. The effect of Americanization on the earnings of foreign-born men. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 86, n. 5, p. 897-921, 1978. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1828415>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- COUTO, R. C.; CASTRO, B. Matarazzo, o fabricante de fábricas. *Revista Conjuntura Econômica*, São Paulo, v. 58, n. 12, p. 62-63, 2004.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-7945)*. São Paulo: Difel, 1971.
- ECONOMIC FREEDOM OF THE WORLD: 2020 Annual Report. *Fraser Institute*, 2020. Disponível em: <https://www.fraserinstitute.org/studies/economic-freedom>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importação no Brasil. In: VERSIANI, F. R.; BARROS, J. R. M. (org.). *Formação econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977. p. 7-40.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil: edição comemorativa – 50 anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GRAHAM, D. H. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão de obra no crescimento econômico brasileiro (1880-1930). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 7-64, 1973.
- GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M.; TONETO JR., R. *Economia brasileira contemporânea*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- HALL, J. C.; LAWSON, R. A. Economic freedom of the world: an accounting of the literature. *Contemporary Economic Policy*, New York, v. 32, n. 1, p. 1-19, 2014.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil. São Paulo. Panorama. *Cidades@*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico São Paulo 1970. *IBGE*, v. 1, n. 18, p. 1-503, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t18_p3_sp.pdf. Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico: dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. São Paulo. 1980. *IBGE*, v. 1, n. 19, p. 1-773, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/72/cd_1980_v1_t4_n19_sp.pdf. Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado de São Paulo. Censo demográfico 1950. *IBGE*, v. 25, n. 1, p. 1-295, 1954. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v25_t1_sp.pdf. Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estado de São Paulo. Censo demográfico 1991. *IBGE*, n. 21, p. 1-764, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/82/cd_1991_n21_caracteristicas_populacao_domicilios_sp.pdf. Acesso em: 1º mar. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas do povoamento. *Brasil 500 anos*, Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento.html>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. IBGE, 2006. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 out. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas da população*. IBGE, 2020c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Microdados das PNADs de 1979 e 1989*. IBGE, 2020d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 nov. 2020.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Microdados da PNADC de 2020*. IBGE, 2020e. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- KIRZNER, I. M. *Competition and entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- KIRZNER, I. M. Creativity and/or alertness: a reconsideration of the schumpeterian entrepreneur. *The Review of Austrian Economics*, London, v. 11, n. 1-2, p. 5-17, 1999.
- MARTINS, J. S. A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira: 1880-1930. *Revista de História*, São Paulo, n. 121, p. 5-26, 1989. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/revhistoria/article/download/18605/20668>. Acesso em: jan. 2021.
- MENDES, M.; FONTELES, M. C. *Mackenzie: 142 anos de ensino, 60 anos de Universidade*. São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/download/44030451/ARTIGO_HISTORIA_UPM_-_Revista_CRUB-versao_revisada.doc. Acesso em: 10 jan. 2021.
- MIZUBUTI, S. Sobre a formação da mão de obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira – 1890-1930. *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 47-57, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13399>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- NORTH, D. C. *Instituições, mudança institucional e desempenho econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- OLIVEIRA, C. F. P. A política externa do governo Vargas durante o Estado Novo e a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. *História e Cultura*, Franca, v. 4, n. 1, p. 5-21, 2015.
- PELÁEZ, C. M. Análise econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café (1906-1945): teoria, política e medição. *Revista Brasileira de Economia*, Niterói, v. 25, n. 4, p. 5-212, 1971.
- PNUD BRASIL. *Ranking IDHM Municípios 2010*. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em: 1º mar. 2021.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Demografia – Tabelas. 2020a. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/demografia/index.php?p=260265. Acesso em: 1º mar. 2021.

- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Produto Interno Bruto, Valor Adicionado por Setores e PIB “per capita” Município de São Paulo 2010 a 2017. 2020b. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/economia022_20_1588184073.htm. Acesso em: 1º mar. 2021.
- SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N.; FERREIRA, P. C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. *Política e Planejamento Econômico*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 299-331, dez. 2005. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4403/1/PPE_v35_n03_Migracao.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SCHULTZ, T. W. *O capital humano: investimentos em educação e pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973.
- SCHUMPETER, J. A instabilidade do capitalismo. In: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Clássicos de literatura econômica: textos selecionados de macroeconomia*. 3. ed. Brasília, DF: Ipea, 2010. p. 9-39. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/livro_classicosdeLiteratura.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SOARES, F. A. R. *Economia brasileira: da Primeira República ao Plano Real*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986. v. 24.
- THE WORLD BANK. Ease of doing business in Brazil. *Doing business, 2020*. Disponível em: <https://www.doingbusiness.org/en/data/exploreconomies/brazil>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- VERSIANI, F. R. Imigrantes, trabalho qualificado e industrialização: Rio e São Paulo no início do século. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 77-96, 1993. Disponível em: <https://rep.org.br/rep/index.php/journal/article/download/1348/1334>. Acesso em: 15 nov. 2020.